



Descolonizando a educação libertária: a soberania pedagógica da Teia dos Povos

Descolonizando la educación libertaria: la soberanía pedagógica de la Teia dos Povos

Ana Paula M. Morel
Universidade Federal Fluminense
Rio de Janeiro – Brasil

Resumo

Este artigo reflete sobre caminhos anticoloniais para a educação libertária, ampliando referências e genealogias a partir do diálogo com povos em movimento na América Latina. Argumenta que, diante da crise ecológica e do avanço do extrativismo, torna-se essencial reconfigurar tais práxis educativas. A análise destaca as contribuições de Silvia Cusicanqui sobre o apagamento das histórias indígenas e libertárias e a defesa da coexistência de mundos. Propõe uma abordagem baseada no pluralismo ontológico, comprometida com a autodeterminação política e ontológica dos povos. Por fim, aprofunda a experiência da Universidade dos Povos, organizada pela Teia dos Povos, enfatizando a promoção do comum enquanto interdependência e a centralidade do pertencimento à Terra.

Palavras-Chave: Educação Libertária; Descolonização; Teia dos Povos.

Resumen

Este artículo reflexiona sobre caminos anticoloniales para la educación libertaria, ampliando referencias y genealogías a partir del diálogo con pueblos en movimiento en América Latina. Argumenta que, frente a la crisis ecológica y al avance del extractivismo, se vuelve esencial reconfigurar dichas praxis educativas. El análisis destaca las contribuciones de Silvia Cusicanqui sobre el borramiento de las historias indígenas y libertarias y la defensa de la coexistencia de mundos. Propone un enfoque basado en el pluralismo ontológico, comprometido con la autodeterminación política y ontológica de los pueblos. Finalmente, profundiza en la experiencia de la Universidad de los Pueblos, organizada por la Teia dos Povos, enfatizando la promoción del común como interdependencia y la centralidad del pertenecer a la Tierra.

Palabras-clave: Educación libertaria; Descolonización; Teia dos Povos.

Introdução

A educação libertária compreende diversas práxis educacionais inspiradas pelos ideais anarquistas e autonomistas, voltadas para a construção coletiva da liberdade por meio da denúncia das injustiças e dos sistemas de dominação (Gallo, 2007). Neste texto, buscamos pensar a educação libertária por uma perspectiva anticolonialⁱ, fincada na coexistência de mundos e ampliando referências e genealogias através do diálogo com povos em movimentoⁱⁱ na América Latina. Com o agravamento da crise ecológica e o avanço do extrativismo, é essencial reconsiderar a gramática da relação entre mundos (Cadena; Blaser, 2018) para reinventar a educação libertária frente a este cenário adverso. Neste contexto, examinaremos mais a fundo a iniciativa da Universidade dos Povos, um projeto elaborado pela Teia dos Povos, uma articulação de povos e coletivos no Brasil. Esse experimento ilustra uma educação libertária que parte dos conhecimentos dos povos.

Ao ministrar a disciplina “Educação Libertária”ⁱⁱⁱ, observei que muitas referências bibliográficas clássicas sobre o tema se originam de uma mesma genealogia, centrada no “mundo de um mundo” (Law, 2015), e muitas vezes desconsideram as diversas contribuições formativas dos povos em movimento. Embora as perspectivas autonomistas e anarquistas evitem ser cristalizadas em doutrinas fechadas e contraditórias aos princípios de liberdade coletiva, a maior parte das referências à educação libertária está ligada ao movimento anarquista europeu clássico do século XIX e, por conseguinte, ao projeto humanista moderno (Gallo, 2007). No Brasil, os “mitos de origem” do movimento libertário estão frequentemente associados à chegada de imigrantes operários europeus.

Sem negar a importância desse legado filosófico e político já tão perseguido e estigmatizado ao longo da história, gostaríamos de propor um experimento para ampliar a imaginação política: e se pensássemos a educação libertária considerando múltiplos legados e caminhos anticoloniais? Não se trata de fazer a genealogia correta, ou de negar contribuições importantes de autores e militantes do autonomismo ou anarquismo europeus, mas de abrir e compor horizontes de resistências a partir das coexistências, como aponta a pensadora boliviana Cusicanqui (2021).

A autora traz indagações potentes para uma perspectiva libertária a partir das teorias Aimará e Quechua e chama atenção para a necessidade de combater um duplo apagamento das histórias oficiais que negam, por um lado, a ação de camponeses e indígenas para

afirmar uma história única, calcada em um nacionalismo elitista e branco, e por outro, eclipsam e distorcem a participação anarquista em prol de uma própria história oficial de esquerda – muitas vezes, do marxismo ortodoxo (Cusicanqui, 2007). Retirar das sombras a participação ativa dos povos e do legado libertário nos movimentos é uma possibilidade de gesto descolonizador, a saber: “(...) um processo autoconsciente de descolonização que, sem (re)negar ou evadir-se da fissura colonial, seja capaz de articular passados e presentes indígenas, femininos e comunitários” (Cusicanqui, 2021, p. 86-87).

As coexistências^{iv} da filosofia Aimará recuperadas por Cusicanqui apontam para as múltiplas diferenças entre os mundos indígenas e seus opositos que não se fundem, mas que se antagonizam e complementam. É um movimento de habitar as contradições e não de integração. Habitar as contradições da educação libertária nos parece um movimento potente (e, por vezes, também desconfortável). Com isso, buscamos não englobar os povos e movimentos dentro de uma grande categoria homogeneizadora, seja de autonomistas, anarquistas ou libertários, nem os situar como uma simples expressão de uma grande teoria. Stengers (2007) já alertava para os perigos das teorias totalizantes, chamando a atenção para a possibilidade de articular mundos divergentes contra a tentação de uma paz final.

Em outro sentido, a proposta é ampliar a imaginação política, discutindo, primeiramente, possibilidades de um olhar descolonizador na educação libertária, para, em seguida, abordar o experimento da Universidade dos Povos. Para pensar com este experimento, mobilizamos bibliografia sobre o tema, especialmente dois livros escritos por Mestres da Teia dos Povos, além de participação como educadora em parte da “Formação construtores e defensores do território” da Universidade dos Povos. Propomos uma composição entre pesquisa participante (Brandão, 1986) e a virada ontológica (Viveiros de Castro, 2014) compreendendo que, junto do compromisso com a autodeterminação política dos povos em movimento, ancorado na práxis enquanto educadora popular e libertária, está também um compromisso com a autodeterminação ontológica. Nesse sentido, não se trata de “interpretar” as supostas crenças ou representações dos interlocutores educadores e educandos, mas sim considerá-los como realidades legítimas que produzem e transformam teorias.

Educação libertária e descolonização

A Educação Libertária tem como uma referência importante a Escola Moderna de Barcelona criada pelo educador catalão Francisco Ferrer Guardia (1859-1909). Nesse sentido, insere-se nos projetos dos séculos XIX e XX marcados pela defesa da autonomia e de uma nova moralidade através de uma educação integral (Gallo, 2007). No que concerne à filosofia política anarquista, é comum ter como ponto fundador a obra “O que é a propriedade?”, lançada em 1840 por Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), onde, pela primeira vez, o termo “anarquista” ganha uma conotação positiva: a anarquia não seria sinônimo de caos, mas sim de uma sociedade radicalmente cooperativa (Woodcock, 2007).

No Brasil, a “vinda” da pedagogia libertária é comumente associada à imigração de europeus envolvidos na militância operária anarquista do fim do século XIX. Esses imigrantes teriam importado de seus países de origem um projeto de transformação radical em prol de uma sociedade antiautoritária e autogestionária. Compreendia-se a importância da propaganda e da formação política por meio da criação de jornais, teatros e escolas libertárias como uma forma de exercer a ação direta. A educação, nesse sentido, era um pilar central, e no início do século XX foram criados os Comitês Pró-Escola Moderna, que buscavam trazer as experiências de Ferrer para o Brasil (Pascal, 2006).

Sem deslegitimar toda a potencialidade e a rebeldia deste legado, também é preciso considerar, como aponta Holloway (2015), que as genealogias das autonomias na América Latina estão menos ancoradas nas tradições de luta por liberdade nas cidades europeias e mais em outras genealogias, como as revoluções de Zapata e Pancho Villa, a revolução do Haiti e a experiência dos quilombos. Sob a violência colonial, os conceitos, saberes, organizações e conhecimentos dos povos na América Latina sofrem um efetivo apagamento do seu status de pensamento, o que deslegitima suas contribuições para teoria política e crítica (Escobar, 2017). O "mundo de um mundo" (Law, 2015) marca os povos na América Latina pelo estigma da ausência, atribuindo uma falta de organização política em detrimento de noções de “crença”, “natureza” ou “espontaneidade”.

Em sentido distinto, o antropólogo Clastres (2003), no famoso livro *A Sociedade Contra o Estado*, aponta como as sociedades ditas primitivas não sofrem com uma falta de Estado. Opondo-se ao projeto evolutivo e etnocêntrico ancorado na ideia de que o destino inexorável de toda a sociedade é o Estado, o autor argumenta que as sociedades primitivas

têm mecanismos ativos de conjuração da centralização do poder. Alguns desses mecanismos seriam a guerra e o riso diante dos chefes, de modo que, ainda que os chefes indígenas tivessem prestígio e boa oratória, não teriam autoridade e nem seriam *locus* do poder. Uma das funções do chefe seria mediar conflitos através das palavras, mas sem força de lei. Nas palavras do antropólogo: “O chefe está a serviço da sociedade. É a sociedade em si mesma – verdadeiro lugar do poder – que exerce como tal sua autoridade sobre o chefe.” (p. 87) Contrariando as projeções do “mundo de um mundo”, o autor aponta como aos povos indígenas não faltaria intencionalidade política enquanto um princípio vital das coletividades.

Dialogando com tais premissas, Cusicanqui (2007) aponta como as forças de descentralização que coexistem em comunidades rurais e em meio aos mercados e cidades, possibilitaram composições históricas entre povos indígenas e movimentos anarquistas, com importante protagonismo nos movimentos sindicais na Bolívia. Estas afinidades estariam relacionadas ao funcionamento das comunidades indígenas enquanto entidades autogeridas, com lideranças a serviço dos povos, o que favorecia composições com o tipo antiautoritário de organização anarquista. A autora faz apontamentos sobre as lideranças nas comunidades com muitos pontos de encontro com o “chefe sem poder” descrito por Clastres (2003):

Eles não precisam desta liderança, que é como uma liderança permanente. As comunidades têm líderes, mas acaba sendo mais uma coisa de rotatividade do que um serviço à comunidade. É uma espécie de cargo ser um líder de comunidade, sabe? É algo que se faz uma vez na vida e se faz porque deve fazer, e é a comunidade que decide qual é o turno (...). Portanto, isto cria uma relação totalmente diferente com as estruturas de poder e, de certo modo, descoloniza o poder, devolvendo-o em certa medida para as pessoas (Cusicanqui, 2007, s/p).

Esta descentralização, também caracterizada como uma descolonização do poder, não seria referente somente a um “tipo” de sociedade rural, mas também estaria presente nas cidades, inclusive em espaços organizativos como os sindicatos urbanos:

Es evidente que historiografía convencional no ha estado en condiciones de prestar atención a estos hechos, aparentemente menores, que revelan la existencia de un espacio abigarrado en el mundo popular urbano, donde comunalidad y anarquismo se traslanan, complementan y cohabitán. Allí coexistieron, seguramente con tensiones, la modernidad urbana y la tradición indígena, y el adoptar ante estos hechos una actitud maniquea equivale a negar la posibilidad de una modernidad india-chola, que para nosotros estuvo bien visible en los procesos de organización y lucha del anarcosindicalismo paceño (Cusicanqui, 2017, s/p).

As composições entre povos indígenas e movimentos anarquistas também se expressariam na criação de escolas, menciona a autora. Uma das marcas da violência sofrida pelos povos é a dificuldade de compreender os documentos e legislações coloniais que se voltam contra eles. Por isso, povos indígenas na Bolívia criaram um movimento a favor das escolas no início do século XX, que encontrou ecos entre os anarquistas com suas escolas autogestionadas: “As comunidades indígenas chegaram em busca de apoio para suas escolas e encontraram um terreno muito fértil nos sindicatos anarquistas” (Cusicanqui, 2007, s/p). O exemplo boliviano evidencia uma operação bastante comum nas resistências dos povos na América Latina: uma *antropofagia* (Viveiros de Castro, 2002) ou *indigenização* das escolas (Xakriabá, 2020)^v. Tal operação também é proposta pela Teia dos Povos, quando convoca a uma Universidade dos Povos, um experimento que busca reinventar o que chamamos de Universidade a partir dos conhecimentos dos povos.

Apontar as composições entre movimentos anarquistas e povos indígenas não é sinônimo de uma fusão harmônica, como já alertava Cusicanqui. Nesta composição de mundos há interesses em comum que não são os mesmos interesses (Stengers, 2007). Escobar (2017) aponta ainda como as autonomias em Abya Ayala estão conectadas com o pensamento de esquerda, especialmente o anarquismo clássico, mas o transborda ao se assentar também na comunalidade e na territorialidade dos povos-territórios. Não há falta de intencionalidade política em muitos povos em movimento, mas, ao contrário, diversos mecanismos ativos de conjuração da centralização do poder. Assim, por que não pensar também suas práxis formativas como contribuições históricas e contemporâneas para a educação libertária? Ao ampliar as referências, há a possibilidade de deslocar o paradigma do humanismo moderno da educação libertária clássica assentada no universalismo que estabelece a divisão natureza e cultura, para pensar com práxis educativas fundadas nos modos próprios de compor com os territórios e compor territórios com os seres-terra (Cadena, 2010). Passemos, então, ao experimento da Teia dos Povos.

A Teia dos Povos e educação

Na região Sul da Bahia, no município de Arataca, está o Assentamento Terra Vista do Movimento Sem Terra (MST). A ocupação da antiga Fazenda Bela Vista por cerca de 360 famílias sem-terra ocorreu em 1992. O assentamento completa agora 32 anos e é, atualmente, uma importante referência de transição agroecológica, principalmente através

do cultivo do cacau orgânico, abrigando um sistema agroflorestal em expansão. Lá, também ocorrem muitos dos encontros e mobilizações da Teia dos Povos.

A Teia dos Povos é uma articulação de movimentos, territórios e pessoas criada em 2012, com a proposta de dar continuidade às ações promovidas durante a I Jornada de Agroecologia da Bahia ocorrida no Assentamento, com a participação de quilombolas, Tupinambás, Pataxó Hã Hã Hae e movimentos campesinos. Partindo do interesse comum desses coletivos pela agroecologia, principalmente na difusão de sementes crioulas, desenvolve-se uma articulação de lutas por terras e autonomias. Atualmente, a Teia também está presente em outras regiões do Brasil, agregando organizações sociais, pescadoras, marisqueiras, ribeirinhos, povo de fundo e fecho de pasto, povos de terreiros, pequenos agricultores, sem-terra, sem-teto, indígenas de muitas nações, quilombolas, povo negro, extrativistas (Ferreira; Felício, 2021).

Os territórios e povos vinculados à Teia dos Povos sofrem historicamente com conflitos derivados do processo de escravidão, superexploração da natureza, acentuação das práticas extrativistas, grilagem de terras, avanço do agronegócio, da mineração e de projetos energéticos. Diante desse difícil cenário, é tecida essa articulação que se contrapõe ao projeto de morte de biomas e da Terra encampado pelo agronegócio. Na história de colonização e resistências que atravessa os povos em movimento na América Latina, a luta de classes é uma luta de terras, o que é um eixo basilar para a Teia.

Tal ponto é discutido no livro “Por Terra e Território: caminhos da revolução dos povos no Brasil”, obra fundamental para compreendermos a proposta da articulação, uma vez que desenha sua tese política em construção. Coescrito pelo professor de História Erahsto Felício, esse livro é uma síntese do pensamento coletivo e encarnado na voz de Joelson Ferreira, o Mestre Joelson. Importante referência do Assentamento Terra Vista, ele nasceu no interior da Bahia em 1961, passando um período da sua juventude em São Paulo, quando participou da criação do PT (Partido dos Trabalhadores) e da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no início da década de 1980. Esse momento de encontro e coexistências entre operários urbanos e campesinos retirantes foi fundamental para sua formação política. Quando voltou à Bahia no final dos anos 80, as terras da sua avó haviam sido invadidas por grandes fazendeiros. Foi então que Joelson conheceu o Movimento Sem-Terra (MST).

Descolonizando a educação libertária: a soberania pedagógica da Teia dos Povos

É no MST que Joelson Ferreira se forma como um mestre na agroecologia e nos saberes tradicionais dos povos. Foi dirigente estadual e nacional do MST (2004-5), estabeleceu críticas à condução do movimento e clamou pela unidade com outros movimentos, povos e territórios. Mas, foi no Assentamento Terra Vista, onde vive com sua família, que ele colocou suas ideias em prática, produzindo uma transição agroecológica que mudou a paisagem, a produção e a renda em duas décadas de ações concretas pela soberania daquele povo (Ferreira; Felício, 2021, p. 02).

A trajetória de Mestre Joelson está imbrincada nas lutas coletivas pela e com a Terra. O livro expressa as experiências mais consolidadas da Teia, como a soberania hídrica e alimentar, ao mesmo tempo que faz um chamado para avançar na aliança dos povos no Brasil. A ideia é desenvolver alguns dos princípios da Teia, que são os seguintes:

- I. Terra e alimento, que se constroem através da solidariedade irrestrita aos movimentos pela defesa da territorialidade, tendo como instrumento a pedagogia do exemplo;
- II. O trabalho e o estudo para liberdade que possibilite a construção de um novo modo de vida, desconstruindo a herança dos modelos capitalista, racista e patriarcal.
- III. Reafirmar os saberes ancestrais na edificação de um novo tempo (Teia dos Povos, 2014, s/p).

Assim como para os zapatistas e outros povos em movimento, a luta por autonomia tem uma forte dimensão territorial: “é a forma, o jeito, como caminhamos para a Terra” (Alkmin; Sánchez, 2021), resistindo às lógicas do Estado e do mercado. Cultivar a autonomia no território significa fortalecer os próprios modos de vida por meio da relação com a terra — o que envolve os fundamentos das águas, das sementes e da soberania alimentar, mas também a construção de soberanias pedagógicas. Nessa relação fundamental, o território não se reduz a uma cerca; ele é, antes, ancorado em uma cosmopolítica forjada pela luta, frequentemente por meio de retomadas de terras, que possui uma forte dimensão pedagógica, como já alertou Mestra Mayá (2022).

A transição da terra em território passa por uma dimensão formativa ancorada na retomada das capacidades de agir coletivamente a partir do pertencimento a um lugar: “Nossa perspectiva não é demandar ao Estado a concessão de lotes de terra. É fundamental que o próprio povo conquiste as terras porque é da luta que nasce todo o simbolismo que transformará a terra em território” (Ferreira; Felício, 2021, p. 44). Isso não significa que a autonomia é absoluta; há muitos espaços de coexistências com o Estado nos territórios da Teia dos Povos.

No caso do Assentamento Terra Vista, por exemplo, há duas escolas públicas (uma municipal e outra estadual) que, com todas as suas contradições e potencialidades, são

espaços importantes de formação e diálogo com o movimento. Além disso, há também a Universidade dos Povos, uma frente educativa da Teia que propõe a construção de uma educação libertária baseada na cosmovisão dos povos, nos princípios da agroecologia, dos saberes tradicionais e da luta por terra e território (Teia dos Povos, 2024). A proposta da Universidade dos Povos é partir dos conhecimentos que os povos já têm, sistematizando, transformando e difundindo tais conhecimentos. Chamar de “Universidade” tal iniciativa é uma provocação, conta um dos participantes da Teia. Provocação que subverte o que comumente chamamos de Universidade em um experimento de fortalecer e aprofundar os saberes dos povos.

Uma das principais iniciativas da Universidade dos Povos é a formação “Construtores e Defensores do Território”, que reúne educandos e educadores de diferentes regiões do Brasil no Assentamento Terra Vista. O programa oferece diversos cursos específicos, concebidos para potencializar as lutas e resistências por autonomia e agroecologia nos territórios. Entre as áreas abordadas estão: Meio Ambiente (com ênfase em agroecologia), Bioconstrução (arquitetura com terra crua), Agente de Saúde Comunitária (práticas integrativas com fitoterápicos), Agroindústria (do solo ao chocolate), Música e Instrumentos Musicais (com ênfase em luthieria), Gastronomia (alimentação do bioma da Mata Atlântica e da cabruca) e Computação Gráfica (formação de comunicadores populares para atuação em territórios digitais). As aulas ocorreram de segunda a sexta-feira, em períodos diurnos e noturnos, ao longo de diferentes etapas em 2024 e 2025. A carga horária foi dividida entre os cursos específicos, as formações políticas gerais e a gestão coletiva do curso.

Uma dimensão pedagógica importante da formação foi a gestão coletiva do curso, reunindo educadores, educandos e moradores do Assentamento. O cuidado com o espaço físico, o cuidado com as crianças, a programação, a mediação de conflitos, os pactos de convivência foram geridos coletivamente pelos participantes do curso. Para tal, foram criadas comissões específicas (infraestrutura, logística, receptivo, comunicação, cultural, segurança, limpeza, resíduos e saúde) e assembleias gerais que agregaram todos. Para o cuidado das crianças, visto como responsabilidade coletiva, foi pensado o Terreiro Lúdico, um espaço brincante e afetivo, fundado nos conhecimentos.

A (auto)gestão do curso foi extremamente desafiadora. A presença de mais de 300 educandos e educadores vindos de diferentes estados e movimentos, territorializados e desterritorializados, formou uma *comunidade de aprendizagem* (Hooks, 2021) heterogênea. Os educandos e educadores eram indígenas, quilombolas, brancos, favelados, sem-terra, estudantes universitários, com diferentes níveis de envolvimento com a militância e comunidades. Para parte dos educandos, aquela era a primeira vez em um território de reforma agrária, o que trazia várias questões sobre a convivência naquele espaço. Não foram poucos os conflitos e negociações para que esses mundos heterogêneos caminhassem em direção a um *bem comum* que, como nos lembram Cadena e Blaser (2018), não seria um ponto de partida, nem de chegada, mas uma conquista contínua. Ao Mestre Joelson e outros participantes mais antigos da Teia coube a difícil tarefa de dialogar com esta comunidade de aprendizagem sobre como as práticas educativas libertárias não podem se basear em vontades individuais arbitrárias, mas seria preciso uma negociação e cuidado com o território onde estávamos – seguindo os princípios da Teia de defesa da territorialidade.

O modo de subjetivação capitalista e colonial produz uma noção de autonomia que é confundida com a emancipação do sujeito, tal perspectiva individualista ainda é presente nos meios libertários^{vi}, mas, ao se deparar com os movimentos de descolonização dos povos, encontra caminhos diversos. Para além do dualismo entre “individualismo” versus “coletivismo” que atravessa a história do anarquismo clássico^{vii}, o que esses movimentos parecem apontar é para a interdependência e o aprender com a Terra.

Tal aprendizado é discutido por Mestra Mayá, uma importante referência dos povos Pataxó Hã Hã Hãe no Sul da Bahia e escritora do segundo livro lançado pela Teia dos Povos. Ela conta como se tornou uma professora que educou nas retomadas de terras junto aos encantados^{viii}:

Os pais iam para as retomadas e carregavam as suas crianças, e o que eu devia fazer era ir. Tive 396 salas de aula. E participei de todas as 396 retomadas. (...) Chegava lá e perguntava às crianças se sabiam porque estavam naquele lugar. Assim, íamos aprendendo e reescrevendo nossa história (Mestra Mayá, 2022, p. 63).

Para a autora, a pedagogia das retomadas passa por contar e recontar coletivamente as histórias dos povos que foram expropriadas. Este trabalho educativo busca aprender com

a Terra, mantendo vivo o espírito vinculado pelos encantados em uma guerrilha que se atualiza constantemente:

A gente pode estar com muita dificuldade com a luta. Quando a gente coloca o pé na terra, o ouvido na terra, quando sente o gemido da terra, escuta o seu chamado, a gente sabe como vai seguir os nossos passos, porque estamos ouvindo (Mestra Mayá, 2022, p. 74).

Durante a Formação, ocorreu uma nova retomada de terra pelo povo de Mestra Mayá no território tradicional Caramuru-Catarina Paraguassu, município de Potiraguá. No entanto, cerca de 200 fazendeiros armados, mobilizados em uma milícia rural de extrema-direita chamada “Invasão Zero”, atacaram com armas de fogo o povo Pataxó Hã Hã Hãe, o que levou ao assassinato brutal da Pajé Nega, cunhada de Mestra Mayá. Em mais um episódio da história de violência fundiária da região, marcada pela apropriação de terras por membros de grupos agropecuaristas, há a perda inestimável de uma liderança espiritual e política. Tal fato ocorreu em território vizinho e aliado do Assentamento Terra Vista e levou a mobilização de educandos e educadores do curso através de ações de apoio e solidariedade. O luto e a dor de tal acontecimento não foram colocados a parte do ensino e aprendizagem, mas se transformam em práticas de solidariedade com forte dimensão formativa.

Outra proposta pedagógica fundamental da Universidade dos Povos são os mutirões, espaços formativos que constituem o que chamam de pedagogia do mutirão. Através deles, ensina-se e aprende-se a cuidar coletivamente da terra a partir da reciprocidade. Na prática cotidiana da Teia, essas ações — seja de plantio, construção ou manejo — funcionam como uma manutenção afetiva do território, compreendido como extensão da casa comum e espaço de cooperação entre os povos. Cada mutirão transforma-se, assim, em um ato pedagógico vivo que constrói autonomia, fortalece alianças e reafirma o compromisso com a soberania dos territórios.

A soberania pedagógica proposta pela Teia não se anora, então, em um isolamento localista ou em uma suposta autossuficiência. Pelo contrário, constrói-se a partir da composição entre diversos territórios em resistência, que se fortalecem não por teorias abstratas, mas, sobretudo, pela ação: “A unidade que queremos não é a da bandeira, da identidade política, mas a da ação” (Ferreira; Felício, 2021, p. 34). São as ações de

solidariedade e cooperação que unem os territórios, e não a busca por uma identidade política homogeneizadora. A aliança entre os povos compreende a diferença não como barreira, mas como oportunidade — um princípio que passa pela reafirmação do olhar ancestral na edificação de um novo tempo.

Nesse sentido, defendem a importância da espiritualidade dos povos como parte fundamental da política e das práticas pedagógicas:

Sem o conhecimento profundo de nossos povos não é possível construir uma forma de fazer aliança na megadiversidade que existe em nosso país continental. As esquerdas não conhecem os povos, não acreditam em suas cosmovisões, não conversam com os encantados, não escutam os avisos dos voduns. Contudo, as grandes rebeliões deste país tinham um pé na ancestralidade e outro na espiritualidade de nossos povos (Alkmin; Sánchez, 2021, p. 34).

A retomada dos saberes ancestrais para a construção do novo expressa um conceito de revolução que não é linear, nem tautológico. Lembrando o tempo cíclico que menciona Silvia Cusicanqui (2021) ao apontar que muitos mundos indígenas não concebem a história linearmente, mas com o passado-futuro contidos no presente. A autora afirma que “o ‘mundo ao revés do colonialismo’ só voltará ao seu eixo, se for possível derrotar aqueles que se empenham em conservar o passado com todo o seu lastro de privilégios ilegítimos” (Cusicanqui, 2021, p. 34). A “revolução dos povos” da Teia é uma retomada de terras e ancestralidades para a ruptura com a ordem capitalista, patriarcal e racista.

Neste caminhar, as relações de ensino e aprendizagem se tecem entre humanos, mas também com os seres outros que habitam os territórios: a luta dos pesqueiros ensina a reverência com o mar, a luta dos terreiros ensina as reverências aos nkisis, voduns e orixás, a luta dos povos originários ensina que não há divisão entre os humanos e a natureza (Ferreira; Felício, 2021).

Por fim, é preciso mencionar que a Universidade dos Povos não busca ser um modelo de sistema educativo, que deva ser copiado de maneira idêntica nos diferentes territórios, mas um exemplo que pode servir de inspiração para outras lutas por soberania (Viveiros de Castro, 2016). Assim como os biomas são diferentes uns dos outros, as práticas de educação libertária e as formas de organização política, ainda que possam ter inspirações mútuas, passam pela lógica dos diferentes lugares: “Então, nossa ideia não é formular um modelo

para ser aplicado em todos os lugares, é uma referência para que possamos nos basear e seguir a caminhada” (Ferreira; Felício, 2021, p. 42).

A experiência da Universidade dos Povos oferece, portanto, pistas metodológicas que podem inspirar outros contextos de luta por autonomia educacional. Um princípio educativo fundamental é a gestão coletiva e a corresponsabilidade, materializada nas comissões e assembleias. Essa estrutura permite que a própria gestão pedagógica se torne um espaço de ensino e aprendizagem das decisões coletivas, mobilizando os diferentes ambientes da escola e do território. Um segundo princípio é a indissociabilidade entre o currículo e a construção das soberanias dos povos. Cursos como bioconstrução e agroindústria demonstram que o conhecimento só se realiza na ação concreta de transformação do território. Por fim, a pedagogia do mutirão emerge como um terceiro pilar, fundamental para recompor os laços de pertencimento entre os povos e a terra – um aprendizado urgente em tempos de colapso ecológico.

A multiplicação dessas práxis em outros territórios enfrenta, contudo, desafios concretos. A negociação de conflitos em comunidades de aprendizagem heterogêneas exige um investimento constante e aptidões de mediação que nem sempre estão disponíveis. Por fim, a violência colonial e a pressão do agronegócio impõem um contexto de permanente tensão que pode inviabilizar iniciativas frágeis. Superar esses obstáculos demanda, como demonstra a Teia, não um manual de instruções, mas a construção de redes de interdependência e apoio mútuo entre os povos em movimento, onde a confluência de lutas diversas fortalece a autonomia de cada uma.

Conclusões

Ao ampliarmos os horizontes da educação libertária enquanto um gesto descolonizador (Cusicanqui, 2021), caminhamos não para um retorno a um passado idealizado, lugar ao qual o imaginário ocidental muitas vezes relega os povos, mas para a coexistência de múltiplas temporalidades e modos de vida na modernidade. Essa operação permite atualizar a educação libertária a partir de fundamentos ontológicos heterogêneos que buscam construir um comum sem cancelar as divergências (Cadena; Blaser, 2018).

Em tempos de acentuação da crise civilizacional e do colapso ecológico, as resistências dos povos em movimento tornam-se cada vez mais fundamentais. Embora sustente saberes ancestrais, a caminhada da soberania pedagógica da Teia está em fase

inicial: um experimento que enfrenta desafios concretos — as negociações entre mundos, as condições materiais necessárias para que a Universidade dos Povos siga existindo, e a violência colonial que se atualiza na apropriação de terras e no extrativismo. Contudo, nesse contexto adverso, seus primeiros passos oferecem pistas potentes no âmbito da descolonização da educação libertária, ao tecer uma formação crítica ao capitalismo e ao Estado inseparável dos conhecimentos científicos e da espiritualidade e ancestralidade, aprendendo com os povos enquanto contemporâneos.

Retomar o pertencimento à terra e ao território como dimensão formativa é tarefa complexa em um cenário dominado pelo individualismo e pelas práticas da educação bancária, no qual separar povos e terra se apresenta como sinônimo de progresso. Pertencer à terra não é apenas possuir uma parcela, mas participar de uma trama cosmopolítica de relações. Nesse sentido, uma formação libertária implica diferenciar-se das perspectivas individualistas, aprendendo a habitar um lugar e sua rede de interdependências.

A educação libertária mobilizada pelos povos em movimento possibilita tecer o comum como interdependência, distinta da dependência produzida pelo capitalismo que fragmenta e tira a capacidade de agir coletivamente (Debaise; Stengers, 2017). A dependência é também expressa nas práticas educativas bancárias que, para usar as expressões freirianas, reproduzem a lógica da estrutura social de opressão. Tais práticas educativas verticalizadas desencadeiam políticas e práticas curriculares legitimadoras de um suposto bem comum universal, ao escamotear os saberes populares e contradições (Freire, 1987), formando educandos em constante dependência.

Ao tecer interdependência, tais práxis pedagógicas vão além das experiências locais. Se experiências autonomistas são frequentemente taxadas como localistas ou autossuficientes, a interdependência demonstra o contrário: ela ancora práticas horizontais e articuladas, pois a territorialização só é possível através da articulação das lutas (Baschet, 2023). Assim, a interdependência é condição de unidade sem homogeneização — o “mundo de muitos mundos” dos zapatistas — e torna-se elemento central em tempos de colapso ecológico, quando aprendemos com a Terra que habitamos uma rede de relações entre humanos e outros-que-humanos, como os encantados evocados por Mestra Mayá (2022).

Em sintonia com essa perspectiva, Mestre Joelson, na *Formação*, retomou o conceito de confluência de Antônio Bispo dos Santos (2023), o Nêgo Bispo: uma energia de compartilhamento, reconhecimento e respeito que amplia sem uniformizar. A descolonização da educação libertária abre caminhos e águas, onde rios se unem sem perder seus nomes. É ali que, entre ruínas e germinações, se tecem confluências e futuros possíveis no presente.

Referências

ALBERT, Bruce. **O ouro canibal e a queda do céu**: uma crítica xamânico da economia política da natureza. Série Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

ALKMIN, Fábio Márcio; SÁNCHEZ, Waldo Lao Fuentes. A autonomia como estratégia política e territorial entre os movimentos sociais no Brasil: entrevista com a Teia dos Povos da Bahia. **Revista Verde Grande**, [S. I.], v. 3, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/4338>. Acesso em: 29 nov. 2025.

BARBER, Kattalin. Silvia Rivera Cusicanqui: “Tenemos que producir pensamiento a partir de lo cotidiano”. **El Salto**, 17 fev. 2019. Disponível em: https://www.elsaltodiario.com/feminismo-poscolonial/silvia-rivera-cusicanqui-producir-pensamiento-cotidiano-pensamiento-indigena?fbclid=IwARoPBGz6bIIQkGMTgtyPNrDEs8DoRh4f1lRt2jjGMdIIVmIpph_KyfmhSo. Acesso em: 05 ago. 2024.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Concepções e exercícios da autonomia entre os movimentos indígenas e camponeses da América Latina. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 27, n. 2, 2024.

BASCHET, Jérôme. Autonomie. In: BASCHET, Jérôme. **On ne dissout pas un soulèvement. 40 voix pour les Soulèvements de la Terre**. Paris: Seuil, 2023.

BOOKCHIN, Murray. **Anarquismo personal o anarquismo social**: Un abismo insuperable. Barcelona: Virus Editorial, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRAUN, Bruce; NELSON, Sara. Autonomy in the Anthropocene: New Challenges to Radical Politics. **The South Atlantic Quarterly**, [S. I.], v. 116, n. 2, abr. 2017.

CADENA, Marisol de la. Indigenous Cosmopolitics in the Andes: Conceptual reflections beyond politics. **Cultural Anthropology**, [S. I.], v. 25, n. 02, p. 334-370, 2010.

CADENA, Marisol de la; BLASER, Mario. **A world of many worlds**. Durham e London: Duke University Press, 2018.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Comunalidades anarquistas**. Una aproximación testimonial. La Paz, 2017. Disponível em:
<https://www.asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/congreso2017/Rivera.%20Comunalidades%20anarquistas.pdf> Acesso em: 17 ago. 2024.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **“Oprimidos pero no vencidos”**: luchas del campesinado aymara y quechwa de Bolivia, 1900-1980. La Paz: HISBOL/CSUTCB, 1984.

DEBAISE, Didier; STENGERS, Isabelle. L'insistance des possibles. Pour un pragmatisme spéculatif. **Multitudes**, [S. I.], n. 4, v. 65, p. 82-89, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. São Paulo: Editora 34, 1997.

ESCOBAR, Arturo. De baixo, pela esquerda e com a Terra. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://singa2017.wordpress.com/2016/12/01/de-baixo-pela-esquerda-e-com-a-terra/>. Acesso em: 14 maio 2024.

ESTEVA, Gustavo. Autonomia. In: KOTHARI, Ashish et al. **Pluriverso**: dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Editora Elefante, 2021. p. 200-204.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. **Por terra e território**: o caminho da revolução dos povos no Brasil. Ilhéus, BA: Teia dos Povos, 2021.

FLEURI, Reinaldo Matias. Paulo Freire: Aprender a Educar com os Povos Indígenas. In: GADOTTI, Moacir; CARNOY, Martin (org.). **Reinventando Freire**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALLO, Silvio. **Pedagogia libertária**: anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo: Imaginário; Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

HOLLOWAY, John. Pensar la esperanza, pensar la crisis. In: SANDOVAL ÁLVAREZ, Rafael (org.). **Pensar desde la Resistencia Anticapitalista y la Autonomía**. México: CIESAS, 2015. p. 87-97.

HOOKS, bell. **Ensinando Comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

KNOLL, Andalusia. **O anarquismo indígena na Bolívia** – Uma entrevista com Silvia Rivera Cusicanqui. Imprensa Marginal, 2007.

LAW, Jonh. What's wrong with a one-world world? **Distinktion Scandinavian Journal of Social Theory**, [S. I.], v. 16, n. 01, p. 126-139, 2015.

LIMA, Naira Reinaga. Articulação e autonomia para os povos em movimento: reflexões sobre a construção da Teia dos Povos. **Teia dos Povos** [online], 27 out. 2020. Disponível em: <https://teiadospovos.org/articulacao-e-autonomia-para-os-povos-em-movimento/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

LIMA, Tânia Stolze. **Um Peixe Olhou Para Mim** – O povo Yudjá e a perspectiva. São Paulo: UNESP/ ISA/ NUTI, 2005.

MESTRA MAYÁ. **A escola da reconquista**. Ilhéus, BA: Teia dos Povos, 2022.

MOREL, Ana. **Um mundo onde caibam muitos mundos**: educação descolonizadora e revolução zapatista. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PAOLI, Antoni. **Educación, autonomía e lekil kuxlejal**. México: Editorial Umbral, 2002.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. A pedagogia libertária: um resgate histórico. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., **Anais online**. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSCoooooooo92006000100032&script=sci_arttext. Acesso em: 2 dez. 2024.

POVINELLI, Elizabeth A. The Ends of Humans: Anthropocene, Autonomism, Antagonism, and the Illusions of our Epoch. **The South Atlantic Quarterly**, [S. I.], v. 116, n. 02, abr. 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

STENGERS, Isabelle. La proposition cosmopolitique. In: LOLIVE, Jacques; SOUBEYRAN, Olivier. **L'emergence des cosmopolitiques**. Paris: La Découverte, 2007.

SZTUTMAN, Renato. Perspectivismo contra o Estado. Uma política do conceito em busca de um novo conceito de política. **Revista de Antropologia**, [S. I.], v. 63, n. 1, p. 185-213, 2020.

TAIBO, Carlos. **Anarquistas de ultramar**: Anarquismo, indigenismo, descolonización. España: Libros de la Catarat, 2018.

TEIA DOS POVOS. **Carta da III Jornada de Agroecologia da Bahia.** 27 set. 2014. Disponível em: <http://povosdamata.org.br/rede/iii-jornada-de-agroecologia-da-bahia/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

TEIA DOS POVOS. **Formação de construtores e defensores de territórios da Teia dos Povos é iniciada.** 15 jan. 2024. Disponível em: <https://teiadospovos.org/formacao-de-construtores-e-defensores-de-territorios-da-teia-dos-povos-e-iniciada/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Who is afraid of the ontological wolf?: Some comments on an ongoing anthropological debate. **The Cambridge journal of anthropology**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 2-17, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Posfácio. In: ÖCALAN, Abdullah. **Confederalismo Democrático.** Rio de Janeiro: Rizoma Editorial. 2016.

WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas.** Porto Alegre: L&PM, 2007.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, jul. 2020.

ZIBECHI, Raul. **Movimientos sociales en América Latina:** El “mundo outro” em movimento. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2017.

Notas

ⁱ Compreendemos anticolonial no sentido que propõe Silvia Cusicanqui (Barber, 2019, p. 01): “Desde tiempos coloniales se han dado procesos de lucha anticolonial; en cambio, lo decolonial es una moda muy reciente que, de algún modo, usufructúa y reinterpreta esos procesos de lucha, pero creo que los despolitiza, puesto que lo decolonial es un estado o una situación pero no es una actividad, no implica una agencia, ni una participación consciente. Llevo la lucha anticolonial a la práctica en los hechos, de algún modo, deslegitimizando todas las formas de cosificación y del uso ornamental de lo indígena que hace el Estado”.

ⁱⁱ Para Zibechi (2017), o conceito de movimento social não expressa adequadamente a diversidade das experiências latino-americanas, com suas distintas reivindicações por soberania e autodeterminação. Em vez disso, ele defende o uso da expressão "sociedades em movimento". Em diálogo com a Teia dos Povos, Naira de Lima (2020) sugere a expressão "povos em movimento", que ela considera mais alinhada com a proposta da articulação.

ⁱⁱⁱ Tal disciplina foi oferecida com o professor-companheiro Rodrigo Almeida como uma matéria optativa para licenciaturas na Universidade Federal Fluminense (UFF).

^{iv} A autora chama a atenção para uma coexistência *ch'ixi* do mundo andino: “A noção Ch'ixi obedece à ideia aymara de algo que é e não é ao mesmo tempo. Uma cor cinza *ch'ixi* é e não é branca ao mesmo tempo; é branca e também é negra, seu contrário. (...) conjuga o mundo índio em seu oposto, sem nunca misturar-se com ele” (Cusicanqui, 2021, p. 35).

^v Abordamos tal apropriação das escolas no movimento zapatista em Morel (2023).

^{vi} Sobre o individualismo no meio libertário, ver a crítica de Bookchin (2012).

^{vii} Ver, por exemplo, o manifesto da Plataforma Organizacional para uma União Geral de Anarquistas de Piotr Makhno.

^{viii} Entidades ancestrais que fazem pontes entre o mundo terreno e o mundo espiritual entre alguns povos indígenas.

Sobre a autora

Ana Paula Massadar Morel

Professora Adjunta do SSE e do PPGEDU da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional (UFRJ). Foi pesquisadora visitante na Universidade de Bologna/Itália e no CIESAS/México. É autora do livro "Um mundo onde caibam muitos mundos: educação descolonizadora e revolução zapatista" (2023). É integrante do GT Cuter da CLACSO e dos Grupos de Pesquisa Terra/UFF e Terranias/PUC. Tem como áreas de interesse: Autonomias e Cosmopolíticas, Educação Popular, Educação Libertária, Questões Indígenas e Educação, Movimentos Sociais e Ecologias.

Email: anamorel@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2165-595X>

Recebido em: 06/09/2024

Aceito para publicação em: 11/11/2025